

# RELATÓRIO ANUAL 2016



**f** FRONT LINE  
DEFENDERS

Na capa: membros do Tanggol Bayi (Defesa da Mulher) e Karapatan protestando contra o assassinato de defensores e defensoras de direitos humanos nas Filipinas. ©Ronalyn Olea - Bulatlat

Publicado por:  
Front Line, the International Foundation for the Protection of Human Rights Defenders  
Grattan House  
Temple Road  
Blackrock, A94 FA39  
County Dublin  
Ireland

Direitos autorais © 2016 por Front Line Defenders  
Esta obra está licenciada mediante a Creative Commons Attribution – Licença não comercial  
ShareAlike 3.0

Design: [www.thedrawingboard.ie](http://www.thedrawingboard.ie)

Este relatório foi produzido para o benefício de defensores e defensoras de direitos humanos e poderá ser citado ou copiado desde que a fonte/os autores sejam reconhecidos.

Cópias desse relatório poderão ser disponibilizadas através de [info@frontlinedefenders.org](mailto:info@frontlinedefenders.org)

# **PAREM OS ASSASSINATOS DE DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS**

**ESTE RELATÓRIO DESTACA ALGUMAS DAS MAIORES TENDÊNCIAS GLOBAIS E REGIONAIS QUANTO À REPRESSÃO CONTRA DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS EM 2015, INCLUINDO ASSASSINATOS, DESAPARIÇÕES, DETENÇÕES ARBITRÁRIAS, TORTURA, ACUSAÇÕES FABRICADAS, JULGAMENTOS INJUSTOS, LONGAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, DIFAMAÇÃO E LEGISLAÇÕES RESTRITIVAS.**

**ESTES SÃO OS NOMES DOS DEFENSORES E DAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS MORTOS/AS EM 2015, TAL COMO COMUNICADOS A FRONT LINE DEFENDERS.**

**NÓS OS/AS RECORDAMOS E É PARA ELES E ELAS QUE DEDICAMOS O NOSSO TRABALHO.**



**ÁFRICA**

Somália	Abdullahi Ali Hussein Daud Ali Omar
Sudão do Sul	Peter Moi

**AMÉRICAS**

Brasil	Maria das Dores Salvador Priante	
	Adenilson Da Silva	
	Djalma Santos da Conceição	
	Eusébio Ka'apor	
	Gilmar Alves Da Silva	
	Gleydson Carvalho	
	Raimundo dos Santos Rodrigues	
	Semiao Fernandes Vilhalva	
	Gerardo Ceferino Serván	
	Colômbia	Alex Fabián Espinosa Carvajalino
		Alfonso Gonzalez Quintero
		Carlos Alberto Pedraza Salcedo
		Daniel Abril
		Diego Iván Aguirre
		Diego Villadiego Sánchez
Edgar Quintero		
Edward Alexis Granados Flores		
Emiliano Silva		
Ernesto Guzmán		
Ernesto Pejendino Pejendino		
Ever López		
Fernando Salazar Calvo		
Gabriel Padilla Jiménez		
Gerardo Velasco		
Gersaín Fernández		
Gilmer Genaro García Ramírez		
Gustavo Bañol Rodríguez		
Héctor García Sandoval		
Héctor William Cabrera Suárez		
Heriberto Narváez Hoyos		
Herlen de Jesús Barriosnuevo Posso		
Hernán Torres Cabrera		
Jaminton Andrés Ávila		
Jesús Alberto Trillos Roján		
José Alirio Prieto Ramirez		
José Armando Calderón Alvarez		
José Joaquín Herrera Utría		
José Joaquín Pinzón		

México	Juan David Quintana Duque
	Luis Carlos Peralta Cuellar
	Luis de Jesús Rodríguez Parada
	Luis Fernando Wolff Isaza
	Luis Iván Roa Castro
	Luis Miguel Claros
	Luis Peralta Cuellar
	Nelson de Jesús Ríos Santamaría
	Nicasio Sánchez Guanay
	Pedro Cuadro Herrera
	Sandro Arley González
	Senén Namundia
	Siberston Guillermo Pavi Ramos
	Willington García
	Wilson Arboleda Blandón
	Camila Flores
	Eder Manuel Mieles Tejada
	Elizabeth Méndez Sánchez
	Flor Alba Núñez
	Liliana Ramos Largo
	María Luz Lucero Figueroa
	Viviana Agudelo Zapata
	Wallis del Carmen Barriosnuevo Posso
	Jhon Jairo Ramirez Olaya
	Luis Francisco Fernando Gonzales
El Salvador	Francela Méndez
Guatemala	Daniilo Zapón López
	Federico Salazar
	Rigoberto Lima Choc
	Sebastian Córdova Sajic
	Telésforo Odilio Pivaral González
	Roberto Rolando Álvarez
Honduras	Hector Orlando Martínez Motiño
	Jorge Alberto Castillo

México	Juan Carlos Cruz Andara
	Juan Francisco Martinez
	Angy Ferreira
	Gloria Carolina Hernandez Vasquez
	Violeta Rivas
	Alberto Almeida
	Gustavo Alejandro Salgado Delgado
	Julián González Domínguez
	Miguel Ángel Jiménez Blanco
	Rubén Espinosa Becerril
Nadia Dominique Vera Pérez	
Norma Angélica Bruno Román	
José Isabel Cervantes Ángeles	
Nicarágua	Benito Francisco
	Rosmeldo Solórzano

**A FRONT LINE DEFENDERS RECEBEU  
RELATOS DE QUE 156 DEFENSORES E  
DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS  
FORAM MORTOS, OU MORRERAM ENQUANTO  
ESTAVAM DETIDOS, EM 25 PAÍSES NOS ONZE  
PRIMEIROS MESES DE 2015**



#### ÁSIA-PACÍFICO

Afeganistão	Angiza Shinwari Shafee Nasiri Umran Aziz
Bangladesh	Avijit Roy Bijoy Das Faisal Arefin Dipan Niloy Neel Washiqur Rahman
Índia	Guru Prasad Shukla Jawahar Lal Tiwary Kirpasindhu Sahu Malleshappa M Kalburgi Sandeep Kothari Ruisoting Aimol, alias Mary Jagendra Singh
Indonésia	Indra Pelani Salim (alias Kancil)
Myanmar	Johnny
Paquistão	Muhammad Zaman Mehsud Sabeen Mahmud
Filipinas	Dionel Campos Emerito Samarca Endric 'Bayoto' Calago Florencio 'Ka Bong' Romano

Lito Abion	
Datu Juvello Sinzo	
Roger B. Vargas	
Tata Baito	
Teodoro 'Ka Tudoy' Escanilla	
Teresito 'Sito' Mula Labastilla	
Virgilio Leotorco	
Lucila L. Vargas	
Walter Ayuban	
Joel Gulmatico	
Rosalie Calago	
Jose Alimboyogo	
Mabini 'Tata' Beato	
Songkok Asero	
Frenie Landasan	
Blemer Mondejar	
Luis Carbajosa	
Benilda Santos	
Ruben Enlog	
Oligario Quimbo	
Felix Basig	
Jel Ahing	
Arnel Morada	
Welmer Somina	
Jobert Samia	
Uldarico Camayudo	
Menelao 'Boy' Barcia	
Tailândia	Chai Bunthonglek

#### EUROPA CENTRAL E ÁSIA

Azerbaijão	Rasim Aliyev
Turquia	Tahir Elci

#### ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

Egito	Karim Hamdy Shaimaa ElSabbagh
Iraque	Jalaa al-Abadi Thaer Al-Ali
Líbia	Intissar Al Hasairi
Sudão	Abdullah Abdelkader
Síria	Firas Al Naji Ibrahim Abd al-Qader Fares Hamadi Yehia Hourani Kenji Goto
Iêmen	Abdul-Karim Al-Khaiwani

Defensores e defensoras de direitos humanos enfrentam ambientes cada vez mais restritivos e punitivos em todas as regiões do globo. Violência extrema vem sendo usada com mais frequência e em mais países, ao mesmo tempo em que o assédio judicial torna-se uma prática aceitável em muitas partes do mundo. Aqueles que têm como alvos defensores e defensoras de direitos humanos intensificaram os seus esforços para silenciá-los, tanto dentro de suas fronteiras como internacionalmente.

Em uma série de países onde os líderes políticos estão tentando manter-se no poder, defensores e defensoras de direitos humanos que se pronunciaram contrariamente foram alvo. No Burundi, a tentativa do Presidente Nkurunziza de concorrer a um terceiro mandato incitou protestos em massa e lançou o país em crise. Defensores e defensoras estiveram na vanguarda do movimento contra um terceiro mandato e sofreram o peso da repressão do governo, especialmente depois de um fracassado golpe liderado por um grupo de oficiais do exército descontentes. Dezenas de defensores/as de direitos humanos e jornalistas foram obrigados/as a fugir após enfrentarem graves ameaças de morte e ataques. Os poucos defensores e as poucas defensoras que permaneceram pagaram um preço alto: o líder do movimento de direitos humanos, Pierre Claver Mbonimpa, foi alvo de uma tentativa de assassinato em agosto, resultando em danos físicos graves em seu rosto. O genro e o filho do defensor de direitos humanos foram assassinados em outubro e novembro, respectivamente. Na República Democrática do Congo (RDC), atrasos no calendário eleitoral despertaram temores de que o Presidente Kabila – que termina o seu mandato em 2016 – poderá candidatar-se a um terceiro mandato ou estender o seu atual mandato. Protestos de grupos da sociedade civil e partidos de oposição foram violentamente dispersados pela polícia em janeiro, março, abril e setembro, e membros da Filimbi e Lucha – dois movimentos pacíficos pró-democracia – foram acusados de planejar atos terroristas e de conspiração contra o Estado.

Como pode ser exemplificado através da crise no Burundi, ataques físicos dirigidos diretamente a defensores e defensoras de direitos humanos são uma ameaça extremamente séria. A Front Line Defenders estima que **156 defensores e defensoras de direitos humanos** foram mortos ou mortas, ou morreram enquanto estavam detidos/as, em 25 países nos onze primeiros meses de 2015. A situação registrou um aumento geral em relação ao ano anterior, tanto no número de assassinatos, como no número de países onde as mortes ocorreram. Os assassinatos foram relatados nos seguintes países: Afeganistão, Azerbaijão, Bangladesh, Brasil, Colômbia, Egito, El Salvador, Guatemala, Honduras, Índia, Indonésia, Iraque, Líbia, México, Myanmar, Nicarágua, Paquistão, Filipinas, Somália, Sudão do Sul, Sudão, Síria, Tailândia, Turquia e Iêmen, com mais da metade dessas mortes tendo ocorrido na América Latina.<sup>1</sup>

No geral, **45% das mortes** estiveram relacionadas à defesa do **meio ambiente**, da **terra** e dos **direitos dos povos indígenas**. Na Ásia e na América Latina, assassinatos de membros deste grupo específico de defensores/as de direitos humanos representaram, respectivamente, 67% e 41% do número total (ver seções regionais abaixo). Outros grupos-alvo foram os defensores e defensoras que trabalham contra a corrupção e a impunidade, bem como jornalistas e outros defensores/as que utilizam os meios de comunicação – incluindo mídias sociais – para denunciar abusos.

O caso de Pierre Claver Mbonimpa também exemplifica uma outra tendência; a intimidação e os **ataques voltados aos familiares do/a defensor/a** como um meio de exercer pressão sobre defensores/as de direitos humanos. Além do Burundi, essa tática foi comum no Azerbaijão, na China e em vários países da América Latina. A estratégia variou de dano físico real ou ameaça, até privação de liberdade, processos judiciais e a perda do emprego, o que muitas vezes não foi relatado devido ao temor de mais represálias. No Azerbaijão, parentes de Emin Milli, fundador do site de notícias on-line Meydan TV, dirigiram uma carta pública ao presidente renegando Emin Milli por sua "traição ao Azerbaijão"; eles teriam sido pressionados a escrever a carta.

O aumento na adoção de legislação restritiva continuou, indo além de restrições sobre financiamentos para incluir novos esforços na utilização da lei para **romper contatos entre os defensores e as defensoras e os seus parceiros internacionais e apoiadores**. A Federação Russa e a China lideraram esses esforços em 2015. Em maio, três anos após a sua infame "Lei sobre os Agentes Estrangeiros", a Federação Russa aprovou uma lei sobre "organizações indesejáveis". Essa lei concede autoridade ao Procurador-Geral para declarar organizações estrangeiras indesejáveis, caso considere que tais organizações constituem uma ameaça à ordem constitucional da Rússia, à sua defesa ou à sua segurança. Grupos listados como indesejáveis estão proibidos de realizar atividades e divulgar publicações e outras informações dentro do país,

inclusive através da mídia. A legislação amplamente formulada dá margem significativa para a aplicação arbitrária. Em particular, a lei prevê qualquer cooperação de cidadãos russos com “organizações indesejáveis” como um delito punível com até seis anos de prisão. Quatro grupos internacionais foram incluídos na lista no final do ano, incluindo a Fundação *Open Society*. Outras organizações doadoras têm encerrado seus programas no país como resultado da lei, privando assim vários grupos da sociedade civil de um apoio importante.

Na China, o Congresso Nacional do Povo lançou, em maio, um segundo projeto para a Lei de Gestão de ONGs internacionais para comentários públicos. O texto exige que as organizações internacionais registrem-se ou obtenham autorização temporária para realizar qualquer tipo de atividade na China continental, e concede extensos poderes de supervisão à Secretaria de Segurança Pública, incluindo em relação ao pessoal empregado pelas organizações. A lei prevê como ilegal a concessão de apoio para indivíduos ou organizações dentro China continental (seja financeiro ou de outro tipo) por ONGs não registradas e estabelece medidas punitivas (multas e detenção) para qualquer cidadão chinês que receba esse apoio. Como é muito provável que apenas os grupos que trabalham em questões consideradas não sensíveis sejam autorizados a efetuar o registro, a lei irá efetivamente cortar apoio e limitar a exposição e visibilidade para defensores e defensoras de direitos humanos chineses.

**Proibições de viagem** visando impedir defensores/as de direitos humanos de participar em eventos internacionais vêm sendo utilizadas em um número crescente de países, particularmente na Ásia, no Oriente Médio e no Norte da África. O uso de proibições de viagem também foi notável no Azerbaijão, enquanto o Uzbequistão e o Turcomenistão mantiveram regimes de vistos de saída restritivos. Em todos os casos, o objetivo continuou a ser o mesmo das leis descritas acima: cortar apoio, exposição e visibilidade defensores/as de direitos humanos, bem como para limitar as discussões sobre o país nas instâncias internacionais.

A utilização de **leis de segurança estatais e contraterrorismo** contra defensores e defensoras de direitos humanos continuaram a ser uma tática comum de repressão em todas as regiões. A luta contra o terrorismo desde o 11 de setembro tem sido reconhecida como um dos principais motores para a redução do espaço da sociedade civil em todo o mundo. Com o aumento das preocupações com segurança após a sequência de ataques terroristas em Ancara, Beirute, Bamako, Paris, Túnis e em outros lugares em 2015, existe um risco real de que defensores e defensoras de direitos humanos possam ser afetados ainda mais, tanto em relação à situação em seus próprios países, como ao apoio estrangeiro. Esta é uma preocupação particular, por exemplo, em relação aos vistos para realocação temporária em casos de extremo perigo. É de extrema importância que o legítimo trabalho policial e de segurança contra aqueles que usam o terrorismo e ataques em massa contra civis não prejudique a proteção disponível para defensores e defensoras de direitos humanos.

Além disso, o debate em torno do uso de **criptografia** foi reacendido. Os governos têm afirmado publicamente sua oposição a ferramentas disponíveis que permitem que os usuários se comuniquem com segurança, e os EUA em particular têm solicitado a empresas de tecnologia para permitir o “acesso *back-door*” para produtos que oferecem criptografia abrangente, de ponta a ponta. A criptografia é um recurso vital para defensores/as de direitos humanos que trabalham em ambientes restritivos e que dependem de criptografia para proteger a si mesmos, suas redes e suas informações. Como o Relator Especial da ONU sobre Liberdade de Expressão observou em um relatório no início do ano, não é possível ter uma forma de criptografia que só permita que algumas partes tenham acesso *back-door*, porque “a criptografia prejudicada não pode ser mantida em segredo para aqueles com a habilidade de encontrar e explorar os pontos fracos, quer seja o Estado, um ator não estatal, legítimo ou criminal”.<sup>2</sup>

Em julho, o ataque (*hacking*) à empresa italiana de TI, *Hacking Team*, forneceu evidência do que era suspeitado por muito tempo; que governos com um pobre histórico de direitos humanos adquirem **tecnologia de vigilância** para usá-la contra defensores e defensoras de direitos humanos. A empresa vende um software que permite aos seus clientes invadir computadores e dispositivos portáteis, contornando criptografia e monitorando as comunicações e os movimentos do alvo. Quando declarados pela Repórteres Sem Fronteiras como uma “inimiga da Internet” em 2013, a *Hacking Team* disse que a empresa “se esforça bastante para garantir que nosso software não seja vendido a [...] quaisquer regimes ‘repressivos’”. Os documentos hackeados mostram que a empresa havia de fato vendido o software para Azerbaijão, Bahrein, Egito, Etiópia, Federação Russa, Arábia Saudita e Sudão, dentre outros países. Isso proporciona mais argumentos em favor da necessidade urgente de mecanismos eficazes de controle das exportações da União Europeia para garantir que tecnologia não seja vendida para governos que poderão usá-la contra defensores/as.

2015 marcou o 20º aniversário da execução de nove ativistas Ogoni pelo governo nigeriano. Essas execuções marcaram um momento decisivo nos esforços mundiais em responsabilizar as empresas pelo impacto que tenham causado aos direitos humanos decorrente de suas atividades comerciais. Embora muita coisa tenha mudado em relação ao discurso sobre

**empresas e direitos humanos**, a comunidade internacional continua muito distante de dispor de mecanismos eficazes para fazer com que essas empresas respondam pelos seus atos. Em um reconhecimento bem-vindo de como os defensores e as defensoras de direitos humanos são afetados quando se trabalha em questões em torno dos negócios, uma resolução adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em novembro, referiu-se explicitamente à responsabilidade das empresas em relação a defensores/as, e exortou as empresas a engajarem-se em consultas significativas com os/as defensores/as.<sup>3</sup>

Enquanto a **resolução da Assembleia Geral** incluiu linguagem nova e positiva, reiterando a forte preocupação com os ataques contra defensores/as de direitos humanos, a oposição a tal resolução foi ainda mais veemente que o habitual. O Grupo Africano<sup>4</sup> apresentou 39 alterações, algumas das quais trouxeram sérias preocupações, pois tinham como objetivo atenuar a responsabilidade dos Estados na proteção de defensores/as e minar a legitimidade do trabalho desses na defesa dos direitos humanos. As emendas foram eventualmente retiradas, mas a China e a Rússia pediram uma votação sobre a resolução. Enquanto o texto passou com uma maioria significativa,<sup>5</sup> esta foi a primeira vez que uma resolução sobre defensores/as de direitos humanos não foi aprovada por consenso, e marcou um passo na ofensiva contra defensores/as dentro das Nações Unidas. China, Federação Russa, Síria, Burundi, Quênia, Myanmar, Nigéria, Arábia Saudita, Zimbábue, Coreia do Norte, África do Sul, Irã, Paquistão e Sudão votaram "não". Ao mesmo tempo em que não é por acaso que em muitos países que votaram contra ou abstiveram-se defensores/as de direitos humanos são rotineiramente atacados, é preocupante que a oposição tenha incluído democracias como o Quênia, a Nigéria e a África do Sul.<sup>6</sup>

Como observação positiva, Honduras aprovou, em maio, uma lei que estabelece um novo **sistema nacional para a proteção de defensores/as de direitos humanos**, seguindo os passos de Brasil, Colômbia e México. A lei veio como uma resposta a numerosas recomendações feitas pela sociedade civil e organismos internacionais, e esperamos que irá resultar em uma proteção mais eficaz de defensores e defensoras de direitos humanos em situação de risco em um país onde a violência extrema é excessiva. O primeiro desafio que o governo precisa enfrentar é a elaboração de regulamentos para tornar o mecanismo operacional, rápido e eficaz. Isso deve ser feito em consulta com os/as defensores/as. Apoio político de alto nível, recursos adequados e implementação por um órgão independente, separado do governo, são essenciais.

O estabelecimento de mecanismos de proteção pelo Estado deve ser reconhecido como positivo e é urgentemente necessário em muitos países. No entanto, há também a crítica de que isso se tornou uma forma de os governos criarem uma impressão de que eles estão lidando com a violência contra defensores/as de direitos humanos, o que é evidenciado pelo fato de que muitas vezes esses mecanismos permanecem frágeis ou extremamente carentes em recursos, como é o caso no México e no Brasil. Além disso, estes mecanismos não abordam as causas geradoras dos ataques. No México, muitos/as defensores/as sentem que o programa de proteção quase se tornou uma distração, absorvendo tempo da sociedade civil e transformando cada reunião sobre os riscos enfrentados pelos defensores e pelas defensoras de direitos humanos em uma discussão sobre o mecanismo. Honduras tem a chance de demonstrar que está levando a sério a proteção de defensores/as de direitos humanos, e que não está simplesmente tentando “marcar pontos” em sua política com parceiros estrangeiros e organismos internacionais.

Um novo mecanismo financiado pela UE para apoiar defensores/as de direitos humanos em risco, **ProtectDefenders.eu**, foi lançado oficialmente em dezembro. A iniciativa, que é gerida por um consórcio de 12 ONGs internacionais e regionais, incluindo a Front Line Defenders, torna disponíveis os tão necessários recursos para apoiar a proteção dos/as defensores/as de direitos humanos e é uma resposta bem-vinda para a atual reação violenta contra eles e elas. Precisamos, no entanto, lembrar a todos os governos que apoiam a causa sobre a necessidade contínua de respostas políticas fortes e consistentes aos ataques direcionados a defensores/as de direitos humanos. Como a votação na resolução sobre defensores e defensoras na Assembleia Geral da ONU demonstra, Estados hostis estão intensificando seus esforços em foros internacionais. Aqueles que apoiam defensores e defensoras devem fazer o mesmo.

1. Documentar assassinatos de defensores/as de direitos humanos é bastante desafiador, e é bem provável que as cifras reais sejam bem maiores.

2. Relatório do Relator Especial sobre a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e de expressão, A/HRC/29/32.

3. Por ocasião do 20º aniversário da execução dos ativistas Ogoni, a Front Line Defenders, o Institute for Business and Human Rights e a Civil Rights Defenders publicaram, em dezembro: "Human Rights Defenders and Businesses: Searching for Common Grounds", disponível em <https://www.frontlinedefenders.org/node/30291>.

4. Dentro das Nações Unidas, os Estados membros são organizados em grupos geopolíticos: <http://www.un.org/depts/DGACM/RegionalGroups.shtml>

5. 117 a favor, 40 abstenções e 14 contra.

6. Os seguintes países se abstiveram: Argélia, Angola, Azerbaijão, Bahrein, Bielorrússia, Bolívia, Brunei Darussalam, Camarões, República Centro-Africana, Comores, Congo, Cote d'Ivoire, Cuba, República Democrática do Congo, Equador, Egito, Eritreia, Fiji, Iraque, Cazaquistão, Kuwait, Laos, Mali, Mauritània, Moçambique, Namíbia, Nicarágua, Níger, Omã, Qatar, Suazilândia, Tadjiquistão, Togo, Uganda, Emirados Árabes Unidos, República Unida da Tanzânia, Uzbequistão, Venezuela, Vietnã e Iêmen se abstiveram.



Fonte de grande preocupação na África é o desaparecimento em curso de dois defensores de direitos humanos, cujos paradeiros permanecem desconhecidos até o final do ano. Itai Dzamara, do Zimbábue, foi sequestrado em março por cinco homens armados; ele é o principal organizador da campanha *Occupy Africa Unity Square* (Ocupe a Praça da União Africana), lançada em outubro de 2014 para demandar a responsabilização do governo diante dos relatos da "incapacidade [deste] de satisfazer as necessidades de seu povo". Clement Lomornana, do Sudão do Sul, foi visto pela última vez no dia 15 de agosto, quando o forçaram a entrar em um veículo militar; ele é um determinado defensor dos direitos midiáticos e da liberdade de expressão, e se posicionou de maneira firme sobre a guerra civil em curso e sobre as conversações de paz subsequentes.

Vários defensores e defensoras de direitos humanos sofreram **ataques físicos** em Angola, em Camarões, na Nigéria, no Togo e em Uganda. Em janeiro, Gerald Kankya e Simon Amanyire do *Twerwaneho Listeners Club* (Clube de Ouvintes Twerwaneho), um grupo de direitos humanos que produz programações de rádio, foram atacados em Fort Portal, no oeste de Uganda, no âmbito da sua campanha contra a tomada de posse da terra. Eles receberam socos, chutes e foram golpeados com bastões por uma multidão de 30 pessoas que aparentemente agiam sob as ordens de um comandante da polícia local. Quando eles tentaram apresentar uma queixa, a polícia recusou-se a aceitá-la.

Em vários casos, as **residências e escritórios** de defensores e defensoras de direitos humanos foram arrombados e equipamentos eletrônicos e documentos sensíveis foram roubados. Houve relatos de incidentes desse tipo em Angola, em Camarões, na República Democrática do Congo e em Uganda.

**Ameaças de morte** contra defensores e defensoras de direitos humanos foram relatadas em Angola, no Burundi, em Camarões, na República Democrática do Congo, no Quênia e em Uganda. No Quênia, em março, John Mulingwa, do *Kamukunji Human Rights Defenders* (Defensores e Defensoras de Direitos Humanos Kamukunji), uma organização local que trabalha em um dos assentamentos informais de Nairóbi, recebeu várias ligações ameaçadoras que o instruíam a suspender uma investigação em um caso de assassinato extrajudicial, caso contrário estaria colocando sua vida em risco. Ele lançou-se a clandestinidade como resultado. Em Camarões, Tilder Kumichii, da organização *Gender Empowerment and Development* (Empoderamento de Gênero e Desenvolvimento), com sede em Bamenda, recebeu repetidas ligações ameaçadoras anônimas demandando que ela desse fim ao seu trabalho contra a violência doméstica. Em Angola, seis membros da OMUNGA – um grupo de direitos humanos que trabalha na promoção dos direitos de crianças de rua – receberam sérias ameaças de morte em julho. Em fevereiro, a residência do coordenador da organização foi arrombada por homens trajando uniformes militares.

**Detenções arbitrárias e assédio judicial** foram de longe as táticas mais comuns utilizadas pelos Estados africanos contra defensores e defensoras de direitos humanos. A Front Line Defenders documentou casos desse tipo nos seguintes países: Angola, Burundi, Camarões, Chade, República Democrática do Congo, Etiópia, Mauritânia, Níger, Ruanda, Somália, Uganda e Zimbábue. Em janeiro, um tribunal na Mauritânia proferiu sentença de dois anos contra três ativistas antiescravidão, incluindo o vencedor do prêmio Front Line Defenders de 2013, Biram Dah Abeid; eles foram condenados por acusações de adesão a uma organização não registrada e realização de assembleia não autorizada. Djiby Sow foi absolvido em recurso, enquanto Biram Dah Abeid e Brahim Bilal tiveram suas sentenças confirmadas. No Chade, Djerlar Miakhel, que tem se expressado de maneira veemente contra a corrupção no setor de combustíveis e expropriações ilegais de terra, foi acusado de desacato ao tribunal e condenado, em julho, a dois anos de prisão. Ele acabou sendo liberado em sede de apelação, após seis semanas de detenção. Na República Democrática do Congo, David Bugamba, um advogado de direitos humanos, passou dez dias em prisão preventiva em setembro sob a acusação de calúnia, difamação e desacato ao tribunal, três dias após a apresentação de uma queixa contra o Procurador-Geral sobre a administração do sistema de justiça em Bukavu.

A chamada "**luta contra o terrorismo**" foi usada como pretexto para atingir defensores e defensoras de direitos humanos no Quênia e na Etiópia. No Quênia, em abril, dias após o ataque terrorista que matou 148 pessoas na Universidade de Garissa, dois grupos altamente respeitados de sede em Mombasa, MUHURI e Haki África, tiveram seus nomes listados no diário oficial como suspeitas entidades terroristas e tiveram suas contas bancárias congeladas como resultado dessas acusações infundadas. Na Etiópia, em outubro, o grupo de blogueiros Zone9, que estavam detidos há mais de um ano, foram inocentados das acusações de terrorismo. Suas libertações foram bem-vindas, mas não representam um sinal de mudança de atitude do governo em relação a defensores e a defensoras de direitos humanos, ou no seu uso abusivo de leis contraterrorismo. Seis defensores de direitos humanos etíopes que viajavam a Nairóbi para participar de uma oficina de formação sobre segurança alimentar foram presos em março e acusados em setembro de crimes de terrorismo. O documento de acusação formal se referia à oficina sobre segurança alimentar como uma reunião de um grupo terrorista.

Assédio através da emissão de **convocações** pela polícia ou outros órgãos de aplicação da lei, **interrogações** e **vigilância** continuam em toda a região. Em março, os membros de um sindicato que reúne os trabalhadores de hospitais no Togo informaram que seus escritórios ficaram sob vigilância militar quando o sindicato sediou a assembleia geral da confederação sindical nacional *Synergie des Travailleurs du Togo* – Sinergia dos Trabalhadores do Togo. Desde julho, no oeste de Uganda, o diretor da *Freedom Radio* (Rádio Liberdade), uma rádio comunitária conhecida por sua programação voltada para os direitos humanos, tem sido repetidamente convocado e interrogado pela polícia. O assédio começou depois que ele resistiu à pressão de políticos pró-governo para pôr fim a algumas das emissões de rádio vistas como "depreciadoras dos programas governamentais". Apesar de uma suposta violação às leis trabalhistas ter sido dada como justificativa para as convocações repetidas, houve razões para crer que todas essas medidas foram tomadas para exercer pressão sobre o diretor e a alterar linha editorial da Rádio Freedom.

Finalmente, 2015 viu o **espaço para defensores e defensoras dos direitos humanos** em Angola, no Burundi, em Ruanda e em Uganda diminuir ainda mais devido ao aumento da interferência governamental no trabalho das organizações de direitos humanos independentes e a novas leis. Em Uganda, uma nova lei sobre ONGs foi aprovada em dezembro. A lei criminaliza grupos que operam sem licença e requer que as organizações registrem-se em todos os distritos onde pretendem operar. Ela também contém cláusulas vagas, como uma proibição de realização de atividades "contrárias à dignidade do povo de Uganda", o que poderia ser usado contra grupos que trabalham com assuntos considerados culturalmente sensíveis. Em Ruanda, as tentativas de sequestrar a liderança de grupos vistos como livres de controle governamental continuou. Em setembro, a polícia interrompeu a assembleia geral da *Ligue pour la promotion et la défense des droits de l'homme au Rwanda* (LIPRODHOR), quando a assembleia elegia uma nova liderança independente. No Burundi, no contexto da crise política em curso (ver Análise Global), o governo suspendeu, em novembro, dez dos mais proeminentes grupos de direitos humanos por suposta incitação à violência.

Em **Côte d'Ivoire**, o governo até agora não conseguiu aprovar os regulamentos necessários para a implementação da lei sobre a proteção de defensores e defensoras de direitos humanos, a qual foi nacionalmente aclamada quando aprovada em junho de 2014.

## País em foco: Angola

Angola intensificou a repressão contra defensores e defensoras de direitos humanos e jornalistas em 2015. Defensores e defensoras foram vítimas de uma ampla gama de ameaças, incluindo ataques físicos, brutalidade policial, vigilância, assédio judicial e detenções arbitrárias.

As liberdades de reunião pacífica e de expressão permaneceram substancialmente restritas e aqueles ou aquelas tentando exercer tais direitos enfrentaram repressão policial e perseguição judicial. Arão Bula Tempo e José Mavungo foram presos em março, na cidade de Cabinda, e acusados de crimes contra a segurança do Estado devido a seus planos de realizar um protesto e de convidar jornalistas congolezes para cobrir o evento. Arão Bula Tempo foi libertado condicionalmente em maio devido a deterioração de sua saúde, mas as acusações contra ele continuam pendentes, e ele foi submetido a uma proibição de viagem. José Mavungo foi condenado em setembro e sentenciado a seis anos de prisão.

2015 marcou o 36º ano desde que o presidente José Eduardo dos Santos chegou ao poder, tornando-o um dos presidentes africanos há mais tempo no poder. As manifestações pacíficas organizadas com vistas a solicitar alternância política foram reprimidas pela polícia, que utilizou força excessiva. Em junho, 15 defensores de direitos humanos que advogam pela reforma democrática, pela responsabilização e pela boa governança foram presos por supostamente estarem preparando um golpe de Estado. O rapper e defensor de direitos humanos Luaty Beirão, um dos detidos, iniciou uma greve de fome em protesto contra os atrasos na audiência de seus pedidos de habeas corpus; sua saúde alcançou um estágio crítico. Diplomatas e jornalistas europeus não foram autorizados a assistir as audiências judiciais, enquanto manifestações, vigílias e serviços religiosos organizados em solidariedade aos 15 presos foram violentamente reprimidos.

Em março, o Presidente dos Santos promulgou o Decreto 74/15, que regulamenta a criação e o funcionamento de organizações não governamentais. O novo regulamento introduz o registo obrigatório e um procedimento oneroso, que inclui a obrigação de registo em três órgãos separados; o regulamento requer a aprovação prévia do governo para os projetos, bem como para os locais onde as ONGs podem atuar; e introduz restrições, bem como a aprovação prévia do governo no tocante ao financiamento externo.

A questão das organizações de direitos humanos que foram proibidas de atuar permaneceu sem solução, e os membros desses grupos têm enfrentado acusações de rebelião ou de administrarem organizações não registradas.

Jornalistas denunciando abusos de direitos humanos cometidos pelo governo, má governança e corrupção também continuaram a ser alvo de hostilidades. Rafael Marques de Morais, autor de *Diamantes de sangue: Tortura e Corrupção em Angola*, um livro que documenta assassinatos e torturas em campos de diamantes do país, recebeu uma pena suspensa de seis meses de prisão em maio, por supostamente difamar generais do exército em seu livro. Em junho, foi aberta uma investigação contra o jornalista e defensor de direitos humanos Mariano Brás, com base em alegações infundadas de abuso de liberdade de imprensa, difamação e insulto a autoridades públicas.

A **defesa dos direitos humanos na América Latina** permanece como uma atividade extremamente perigosa, e a criminalização da defesa dos direitos humanos e dos movimentos de protesto pacífico persistem. Algumas das acusações mais comuns nos casos de assédio judicial em 2015 foram “sequestro” ou “privação ilegal da liberdade” relacionadas às manifestações pacíficas pelo direito à terra, ao meio ambiente e aos direitos dos povos indígenas. Em toda a região, ameaças, incluindo ameaças de morte, mantiveram-se como a maneira mais comum de intimidar defensores e defensoras. Ao lado de atores estatais, atores não estatais, legais e ilegais, tais como empresas e grupos paramilitares, estiveram por trás de muitos casos de ataque e intimidação. Houve também um número significativo de processos judiciais iniciados por empresas contra defensores e defensoras de direitos humanos e contra comunidades.

A questão mais preocupante permanece sendo a violência extrema. Até 30 de novembro, a Front Line Defenders havia recebido relatos sobre o assassinato de 87 defensores e defensoras de direitos humanos na América Latina, o que contabiliza mais da metade do número total de homicídios desse tipo registrados no mundo. 60% desses assassinatos ocorreram na Colômbia, com o restante ocorrendo no Brasil, em Honduras, no México, na Guatemala, na Nicarágua e em El Salvador.

Enfrentaram maiores riscos os defensores dos **direitos indígenas, ambientais e do direito à terra**; eles foram vítimas de 41% dos assassinatos na região. Defensores e defensoras de direitos humanos trabalhando nessas questões também sofreram assédio judicial, ataques físicos, ameaças, intimidação e campanhas de difamação, particularmente no Brasil, na Colômbia, no Equador, na Guatemala, em Honduras, no México, na Nicarágua, no Paraguai e no Peru. Quase todos estes casos estiveram ligados à oposição aos chamados “megaprojetos”, especialmente aqueles realizados por empresas mineradoras, e ao trabalho de defensores e defensoras alertando sobre o impacto negativo das atividades empresariais e da falta de consulta prévia adequada com as comunidades afetadas. No Peru, César Estrada Chuquilin, membro da Rede de Comunicadores Indígenas do Peru, foi alvo de intimidação, ameaças, espancamentos, confisco de seus equipamentos e assédio judicial por expressar a sua oposição ao projeto mineiro Conga. Em novembro, ele foi vítima de uma tentativa de assassinato.

2015 foi um ano especialmente difícil para muitos povos indígenas que lutam pela demarcação de suas terras ancestrais no **Brasil**. Defensores e defensoras de direitos humanos e líderes indígenas dos povos Ka'apor e Guarani-Kaiowá foram alvo de empresas madeireiras que atuam na Amazônia e de fazendeiros locais que reivindicam direitos sobre terras reconhecidas como terras ancestrais indígenas. Eles e elas colocaram suas vidas em risco, enfrentaram ataques físicos e processos judiciais com base em acusações fabricadas.

Defensores e defensoras que trabalham em questões de **orientação sexual e identidade de gênero** também foram um alvo particular. Os defensores e defensoras dos direitos LGBTI totalizaram 15% das mortes reportadas na região, tornando-os o segundo grupo mais hostilizado. 70% de todos os defensores e defensoras declarados/as mortos/as em Honduras trabalhavam nas causas LGBTI, e mais da metade deles/as eram mulheres trans; entre junho e setembro, Juan Carlos Cruz Andara, Angy Ferreira, Violeta Rivas, Génesis Hernández e Jorge Alberto Castillo foram assassinados. Mulheres trans defensoras de direitos humanos foram alvo não só em Honduras: Francela Méndez foi morta em junho, em El Salvador. A natureza brutal dessas mortes não deixaram dúvida de que os ataques foram feitos não só para matar, mas também para degradar as vítimas devido à sua identidade de gênero.

**Defensoras de direitos humanos** de comunidades rurais e indígenas, e aquelas que trabalham contra a violência sexual são grupos que estão particularmente em risco. Em Honduras, em março, Gladys Lanza Ochoa, coordenadora do *Movimiento de Mujeres por la Paz “Visitación Padilla”*, foi condenada a 18 meses de prisão sob a acusação de difamação e calúnia. A perseguição de defensoras de direitos humanos também foi relatada nos seguintes países: Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, El Salvador, Honduras, México, Paraguai, Peru e Venezuela.

**Assédio judicial e detenções** ocorreram na Colômbia, em Cuba, no Equador, na Guatemala, em Honduras, no México, no Paraguai e no Peru. Na Guatemala, Sotero Adalberto Villatoro, Francisco Juan Pedro e Arturo Pablo Juan foram acusados de realizar ameaças, detenções ilegais, associação ilícita, plágio e sequestro como resultado de seus papéis centrais na defesa dos recursos naturais e de suas intervenções como mediadores em conflitos entre as comunidades e as autoridades estatais, especificamente em matéria de projetos de construção de hidrelétricas.

Meios de comunicação estatais foram usados como plataformas para estigmatizar defensores/as e incitar desprezo contra eles. Na Venezuela, figuras públicas, incluindo o presidente Nicolás Maduro, regularmente criticam defensores/as de direitos humanos em programas semanais na televisão com vistas minar a legitimidade de seus trabalhos. Tal discurso

encorajou ataques, como no caso de Marino Alvarado, um dos defensores/as de direitos humanos publicamente atacados pelo presidente, o qual foi posteriormente vítima de um ataque armado em sua casa em outubro.

A situação para **jornalistas** noticiando questões de direitos humanos permaneceu bastante preocupante em toda a região. No México, o fotojornalista Ruben Espinosa foi morto em julho, juntamente com a defensora de direitos humanos Nadia Vera; eles eram vozes críticas no estado de Veracruz, denunciando abusos supostamente ligados ao governador do estado. No Brasil, o jornalista Alex Pamplona foi forçado a lançar-se à clandestinidade devido às ameaças contra ele. Notícias positivas vieram da Colômbia, onde a jornalista de direitos humanos Claudia Julieta Duque ganhou seu caso contra dois ex-oficiais de alta patente do agora extinto Departamento Administrativo de Segurança (DAS), os quais foram condenados a seis anos de prisão por tortura psicológica contra a defensora. No entanto, ela continua a relatar assédio e intimidação, tendo em vista que o caso continua contra três outros ex-oficiais do DAS.

Defensores e defensoras de direitos humanos também enfrentaram **suspensões de associações profissionais**. No Paraguai, a advogada de direitos humanos Julia Alonso Cabello arriscou ser suspensa da Ordem dos Advogados devido ao seu trabalho na defesa dos povos indígenas. O Presidente da Câmara Constitucional do Supremo Tribunal de Justiça a acusou de má conduta por suas críticas a uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça aceitando revisar a constitucionalidade da lei de expropriações de 2014, que havia permitido a devolução das terras ancestrais aos povos indígenas Sawhoyamaya. No Brasil, Luiz Henrique Eloy Amado enfrentou uma sanção semelhante por um trabalho similar. Ele é acusado de exacerbar o conflito entre proprietários de terras e povos indígenas no estado de Mato Grosso do Sul.

Preocupações com **segurança digital** na América Latina aumentaram como resultado de revelações em julho de que pelo menos sete governos da região – Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Honduras, México e Panamá – haviam comprado o *Remote Control System* (Sistema de Controle Remoto), um pacote de software de vigilância produzido pela *Hacking Team* (ver seção “Análise Global”). Em Honduras, em setembro, a jornalista Dina Meza recebeu e-mails nos quais os remetentes se passavam por dois associados conhecidos, mas que na verdade continham *spyware*. Tal incidente ocorreu após intimidações e ameaças, incluindo vigilância, ligações intimidantes, difamação em mídias sociais e sabotagem de seu veículo. Na Venezuela, em maio, os grupos de direitos humanos Provea e Espacio Público apresentaram uma queixa junto ao Ministério Público denunciando a interceptação ilegal de suas comunicações por parte do governo.

### País em foco: Equador

Protestos sociais intensos ocorreram em 2015, incluindo uma greve geral em agosto demandando uma reforma agrária e um melhor acesso a serviços de saúde, assim como protestos generalizados em oposição a projetos de mineração de grande escala e contra a assinatura de um acordo de comércio livre com a União Europeia. Os protestos também foram motivados por emendas constitucionais propostas que permitiriam que o presidente Correa concorresse à reeleição indefinidamente.

Defensores e defensoras relataram um aumento no assédio policial e judicial, particularmente ligados a esses protestos. Em agosto, a defensora de direitos indígenas e ambientais Margoth Escobar foi mantida em detenção preventiva por mais de uma semana sob a acusação de perturbar a paz na sequência de uma greve geral e manifestação em Puyo. A jornalista Manuela Picq se viu obrigada a retornar ao Brasil, seu país de origem, logo após o cancelamento de seu visto de residência. Ela foi presa em agosto durante uma marcha organizada pela Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador. Apesar de uma decisão judicial afirmando que não havia motivos para a sua detenção ou deportação, o seu visto não foi revalidado.

Ataques à liberdade de expressão e ao acesso à informação também têm sido comuns. Desde que uma nova Lei de Comunicações foi aprovada em 2013, o espaço para a mídia independente se deteriorou ainda mais e a autocensura por jornalistas aumentou. O Decreto Executivo n.º 16, que contém disposições restritivas em relação à liberdade de associação e concede à Secretaria Nacional de Comunicações (SECOM) poderes para ordenar a dissolução de ONGs com base em argumentos mal definidos, foi usado contra grupos independentes de direitos humanos. Em setembro, a SECOM iniciou um processo de dissolução contra a *Fundación Andina para la Observación y Estudio de Medios (Fundamedios)*, uma organização de direitos humanos que atua na vigilância do direito à liberdade midiática, por estar supostamente agindo fora de seus fins estatutários. O procedimento foi finalmente dado como encerrado desde que a organização cesse quaisquer “atividades políticas” e interrompa a publicação do que as autoridades chamam de “alertas infundados com o único propósito de afetar o prestígio do Equador”.

O uso de meios de comunicação estatais para gerar descrédito e estigmatizar defensores e defensoras permaneceu uma grande preocupação. Pouco depois do início do procedimento de dissolução contra a Fundamedios, anúncios pagos apareceram nos principais jornais trazendo uma declaração fabricada em nome da Federação Nacional de Jornalistas em apoio à dissolução; uma notícia produzida pela SECOM foi transmitida pelo rádio acusando a Fundamedios de ser financiada pela CIA e de enviar informações aos Estados Unidos. O Presidente Correa apareceu na televisão semanalmente e frequentemente referiu-se a nomes de defensores e defensoras de direitos humanos como inimigos do Estado.

**D**efensores e defensoras em vários países da **Ásia** continuam a trabalhar em um ambiente hostil, tendo sido alvos através de vigilância, intimidação, ameaças e assédio, detenção arbitrária e tortura. Defensores e defensoras também enfrentaram restrições sobre seus movimentos dentro do seu país ou quando viajavam para o exterior. Em vários casos, eles/as enfrentaram ataques físicos, desaparecimento, assassinato e outras formas de violência. Estados da região continuaram a promulgar disposições legais e administrativas com vistas a restringir as atividades de defensores e defensoras de direitos humanos.

O **assédio judicial** intensificou-se na Malásia, em Myanmar e na Tailândia, e foi relatado nos seguintes países: Camboja, China, Índia, Filipinas, Cingapura e Vietnã. **Na Índia**, a defensora Teesta Setalvad e o defensor Javed Anand enfrentaram processos judiciais por acusações fabricadas de fraude, desvio de fundos e "propaganda antinacional". Na Malásia, o número de prisões sob a Lei de Sedição aumentou, passando de sete em 2012, para 18 em 2013, 44 em 2014, saltando para mais de 200 em 2015, incluindo a detenção de mais de 20 defensores/as de direitos humanos. Na Tailândia, os ataques voltados a defensores/as de direitos humanos aumentaram enquanto a junta militar consolidava o seu poder. Embora os/as defensores/as de direitos humanos fossem eventualmente absolvidos, essas decisões muitas vezes eram adotadas depois de meses ou anos em prisão preventiva. Temogen 'Cocoy' Tulawie, nas Filipinas, foi inocentado das acusações fabricadas de envolvimento em um atentado à bomba perpetrado em julho, depois de passar três anos e seis meses detido. Dentro da China, a partir de julho, centenas de advogados de direitos humanos, equipes legais, defensores/as de direitos humanos e seus familiares foram presos pelas autoridades, e pelo menos uma dúzia permanecem "desaparecidos". O ganhador do prêmio Front Line Defenders de 2015, Guo Feixiong, foi condenado a seis anos de prisão em novembro por sua participação em protestos pela liberdade de imprensa e para pressionar o governo chinês pela ratificação do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos.

Incidentes como **agressões físicas** por parte da polícia, agentes à paisana ou bandidos não identificados aumentaram e foram relatados no Afeganistão, em Bangladesh, na China, na Índia, nas Maldivas, no Nepal e no Vietnã. No Vietnã, de acordo com observadores locais, pelo menos 60 ativistas e blogueiros/as, incluindo seis mulheres, foram violentamente atacados/as nos primeiros onze meses de 2015; essas cifras marcam um aumento significativo em relação a anos anteriores. No Afeganistão, defensores e defensoras também relataram um aumento significativo de ameaças, intimidação e ataques, especialmente contra defensoras de direitos humanos no contexto da retirada das forças internacionais e ataques por um Taliban ressurgente. Defensores/as na China relataram abusos por parte da polícia enquanto permaneciam em custódia, com agressão física, privação do sono, suspensão por braços e pernas e negação de atenção médica adequada figurando entre as queixas mais comuns.

Até o final de novembro foram relatadas as **mortes de 52 defensores e defensoras de direitos humanos** no Afeganistão, em Bangladesh, na Índia, na Indonésia, em Myanmar, no Paquistão, nas Filipinas e na Tailândia. Quase 70% dessas mortes estiveram relacionadas aos direitos ao meio ambiente, à terra ou aos direitos dos povos indígenas. O número sobe para mais de 90% nas Filipinas, onde 31 defensores de direitos humanos foram mortos. A situação era extremamente grave em Mindanao na medida em que o governo implementava a sua operação de contrainsurgência, "Oplan Bayanihan". Na Tailândia, o defensor do direito à terra, Chai Bun Thonglek, foi morto a tiros na frente de sua família, em fevereiro. Ele foi o quarto membro da Federação Camponesa do Sul a ser morto desde 2010. No Paquistão, Sabeen Mahmud foi morto a tiros em abril depois de sediar uma discussão sobre as violações de direitos humanos na província conflituosa do Baluquistão. Em Myanmar, o jornalista Ko Par Gyi morreu enquanto estava sob custódia, depois de sua prisão em setembro. Os militares alegaram que ele foi morto enquanto "tentava tomar uma arma de um guarda"; no entanto, seu corpo apresentava sinais claros de tortura. Em Bangladesh, cinco blogueiros seculares que fazem campanha contra o extremismo religioso foram mortos, e extremistas religiosos emitiram ameaças de morte contra vários outros e várias outras defensores/as de direitos humanos.

A **impunidade** em relação aos ataques permaneceu alta, e as autoridades não demonstraram nenhum interesse ou vontade em buscar justiça. O dia 11 de setembro marcou 1000 dias desde o desaparecimento de Sombath Somphone em Laos, e nenhum progresso foi feito no âmbito das investigações. Na Tailândia, Por Cha Lee Rakchongcharoen, conhecido como Billy, está desaparecido desde abril de 2014 e nenhum progresso foi feito nas investigações tampouco. Da mesma forma, nas Maldivas, o jornalista de direitos humanos Ahmed Rilwan Abdulla continua desaparecido desde Agosto de 2014. Ninguém na China foi responsabilizado pela morte de Cao Shunli enquanto sob custódia em março de 2014, após meses de deterioração da sua saúde e negação de atenção médica adequada.

O **uso da internet e das redes sociais** foi restringido em vários países, incluindo mediante a suspensão ou bloqueio de sites ou contas em mídias sociais. Houve também relatos sobre "exércitos da Internet", hackers pagos e outros encarregados de espalhar boatos e difamações contra defensores e defensoras. Redes sociais foram utilizadas pelas autoridades para intimidar defensores/as. Na Malásia, a advogada de direitos humanos, Michelle Yesudas, recebeu uma mensagem pública no Twitter do Inspetor Geral da polícia pedindo-lhe para explicar um *tweet* que ela havia postado sobre ameaças de estupro feitas contra uma apresentadora de televisão; três dias após a troca de tweets, ela foi detida pela polícia. Ativistas que dependem da Internet para serem ouvidos também enfrentaram processos judiciais e prisão nos seguintes países: Bangladesh, China, Índia, Malásia, Myanmar, Paquistão, Cingapura, Tailândia e Vietnã.

Defensores e defensoras enfrentaram restrições à sua **liberdade de movimento**, incluindo a negação ou o confisco de seus passaportes, questionamentos na imigração e desembarque de voos. Eles foram colocados em listas governamentais de pessoas impedidas de viajar ao exterior na China, na Índia, na Malásia, no Paquistão e no Vietnã. No Paquistão, em março, Abdul Qadeer Baloch, também conhecido como Mama Qadeer, foi impedido de embarcar em um voo e foi informado de que seu nome tinha sido adicionado à lista de controle de saída como resultado de supostas atividades anti-nacionais; ele estava a caminho de um seminário de direitos humanos nos Estados Unidos.

No Camboja, apesar das críticas generalizadas da sociedade civil e da comunidade internacional, a **Lei das Associações e ONGs** (também conhecida como "LANGO") entrou em vigor em agosto. Ela requer registro obrigatório por todas as ONGs e dá poder discricionário ao Ministério do Interior para negar o registro com base em motivos como a paz, a estabilidade e as ameaças à tradição e à cultura – muitos dos quais permanecem vagamente definidos. A lei permite ao governo criar listas negras, processar ou deportar funcionários de organizações nacionais e internacionais não registados ou que tenham perdido duas licenças. Bangladesh estava no processo de aprovação de uma legislação semelhante, que continuava pendente até o final do ano. Em outubro, o Paquistão adotou novos regulamentos sobre as ONGs internacionais que operam no país, exigindo autorização prévia para a realização de atividades. O governo também introduziu restrições sobre quais assuntos as organizações podem trabalhar e em que áreas geográficas eles podem atuar, e previa a revogação do registro de atividades consideradas contra a política do governo. É provável que 2016 verá a introdução de legislação restritiva semelhante visando ONGs internacionais na China.

### País em foco: **Burma / Myanmar**

2015 foi um ano histórico para Myanmar. Com a vitória esmagadora da Liga Nacional de Aung San Suu Kyi para a Democracia (NLD) nas eleições de novembro, um governo civil será empossado pela primeira vez desde o golpe em 1962. Embora as eleições foram em grande parte pacíficas, inúmeros candidatos de minorias religiosas foram arbitrariamente bloqueados pela Comissão Eleitoral da União, e a capacidade da população de participar foi limitada de muitas outras maneiras, inclusive por leis que restringem indevidamente a liberdade de associação, de reunião e de expressão.

O assédio policial e judicial a defensores e defensoras de direitos humanos e a vozes críticas intensificou-se antes das eleições, em particular em relação a realização de protestos e ao movimento estudantil. Em março, o governo dispersou protestos organizados pela *All Burma Federation of Student Unions – ABFSU* (Federação de Todas Associações de Estudantes de Burma) contra a nova Lei de Educação. Enquanto a dispersão do protesto era esperada, o nível de violência e a subsequente determinação das autoridades para prosseguir com processos judiciais foram surpreendentes. 127 estudantes foram inicialmente presos e 70 foram mantidos em prisão preventiva. Eles enfrentaram acusações de reunião ilegal, tumultos, incitação, e de causar danos a um funcionário público, e podem ser condenados a até oito anos e seis meses de prisão. Os processos judiciais, que seguiam em curso até o momento da redação desse relatório têm sido afetados por irregularidades, incluindo restrições na capacidade dos arguidos de reunirem-se com seus advogados. Houve também relatos de maus-tratos durante a detenção e prisão solitária. Dias antes da eleição, os líderes da ABFSU que permaneciam escondidos desde a repressão de março foram presos.

Advogados e advogadas foram alvo devido ao exercício de suas profissões. Um dos advogados de defesa dos membros da ABFSU foi acusado de desacato ao tribunal em outubro, após a multidão presente na sala de audiências em setembro reagir de forma barulhenta quando o juiz se recusou a aceitar uma moção apresentada pela defesa.

Defensores e defensoras ambientais e comunidades afetadas por projetos de desenvolvimento também enfrentaram criminalização. Naw Ohn Hla e cinco companheiros/as defensores/as foram condenados em maio a quatro anos e quatro meses de prisão com trabalhos pesados sob a acusação de tumultos, uso de força criminoso para dissuadir um funcionário público de cumprir os seus deveres, de gerar medo indevido da população ou estado de alerta, e de estar protestando sem permissão prévia, em relação a organização de um protesto em busca de justiça para a morte de um manifestante pela polícia no ano anterior. Vários outros defensores/as de direitos humanos prestando auxílio às comunidades que lutam contra a expansão da mina Letpadaung também enfrentaram intimidação, assédio, detenção e processos judiciais.

A criminalização das atividades de ONGs, campanhas de difamação e a marginalização dos/as defensores/as de direitos humanos na esfera pública são os principais tipos de ameaças que afetam defensores e defensoras na região. Na Europa Oriental e na Ásia Central, as ONGs estão cada vez mais excluídas da vida pública, privadas de visibilidade devido ao aumento do controle sobre meios de comunicação, e descritas como agentes estrangeiros ou como motivadas por ganhos financeiros.

Defensores e defensoras continuam a lutar contra as **legislações restritivas** em vários países. No Quirguistão, um projeto de lei semelhante ao projeto russo da “Lei sobre Agentes Externos” foi aprovado em primeira leitura em Junho. Há preocupação de que a lei possa ser reintroduzida ao novo parlamento, eleito em outubro. No Cazaquistão, alterações à lei das ONGs que introduzem restrições sobre o financiamento externo estavam aguardando aprovação presidencial. No Tajiquistão, emendas à Lei sobre Associações Públicas, aprovada em agosto, introduziram o requisito de registro de fundos vindos do exterior junto ao Ministério da Justiça, para a inclusão em um registro especial. No mesmo país, vários grupos de direitos humanos foram vítimas de inspeções intrusivas efetuadas por autoridades fiscais, pelo Ministério da Justiça, pelo departamento de trabalho ou outros órgãos estatais.

Restrições legislativas foram somadas a **campanhas de difamação** descrevendo defensores e defensoras de direitos humanos como agentes à serviço de interesses estrangeiros no Azerbaijão, na Bielorrússia, na Federação Russa, no Cazaquistão, no Quirguistão, no Tadjiquistão e no Uzbequistão. Calúnia contra defensores/as de direitos humanos também foi relatada na Sérvia, onde os políticos de extrema-direita utilizaram ameaças e linguagem abusiva contra defensoras de direitos humanos, como no caso de Staša Zajović, a coordenadora do movimento *Women in Black* (Mulheres de Preto).

No **Uzbequistão**, aqueles que trabalham contra o trabalho forçado nos campos de algodão foram particularmente visados. Dmitry Tikhonov e Elena Urlaeva, da Aliança de Defensores/as de Direitos Humanos do Uzbequistão foram detidos durante várias horas e questionados em setembro. Em outubro, a casa de Dmitry Tikhonov foi incendiada. Uktam Pardayev, presidente da Sociedade de Direitos Humanos Independente do Uzbequistão (HRSU), foi preso em novembro; sua casa foi revistada e equipamentos eletrônicos, incluindo computadores, foram confiscados. Vários defensores/as de direitos humanos permaneceram na prisão. Azam Farmonov, presidente da filial da HRSU em Syrdarya, recebeu uma sentença adicional de cinco anos de prisão em abril por supostas violações aos regulamentos da prisão, pouco antes ele estava prestes a ser liberado de uma pena de prisão anterior de nove anos. Vistos de saída, permitindo que defensores e defensoras de direitos humanos viajassem ao exterior foram rotineiramente negados.

A repressão contra grupos da sociedade civil continuou no **Azerbaijão**. Vários defensores e defensoras de direitos humanos que foram presos em 2014, incluindo Leyla e Arif Yunus, Rasul Jafarov, Intigam Aliyev e Khadija Ismail, receberam sentenças de prisão que vão de seis a oito anos e meio por supostos crimes econômicos, logo após a realização de julgamentos injustos. Seus advogados de defesa sofreram retaliações: Khalid Bagirov foi expulso da ordem de advogados em julho, e processos administrativos perante a ordem de advogados contra Alaif Gasanov continuavam pendentes no momento da publicação desse relatório. Jornalistas independentes também foram alvo, interrogados e ameaçados. Em um desenvolvimento preocupante, as autoridades também passaram a visar familiares de defensores/as, advogados e jornalistas foram chamados para interrogatório, e suas casas foram invadidas pela polícia. Vários defensores/as de direitos humanos e membros de suas famílias se deram conta apenas ao chegarem a fronteira que estavam proibidos de viajar, proibições que eram às vezes impostas sem respeitar os procedimentos legais normais. Notícias positivas vieram próximas ao fim do ano, quando Arif e Leyla Yunus foram colocados em liberdade condicional.

As autoridades multaram e prenderam **manifestantes pacíficos** por violar leis restritivas sobre assembleias públicas nos seguintes países: Armênia, Bielorrússia, Cazaquistão, Rússia e Uzbequistão. Na Armênia, um protesto contra o aumento nas tarifas de eletricidade, uma das maiores manifestações dos últimos anos, foi violentamente reprimido pela polícia. Mais de 200 manifestantes foram presos e jornalistas tiveram seus equipamentos intencionalmente danificados. A força excessiva também foi usada contra manifestantes na Turquia, incluindo contra milhares de pessoas que se reuniram em Istambul para protestar contra o assassinato de uma das figuras mais proeminentes do movimento de direitos humanos turco, Tahir Elci, que foi morto a tiros em Diyarbakir em novembro. Em outubro, em Ancara, pelo menos 99 manifestantes pacíficos foram mortos por bombas detonadas em uma manifestação organizada por membros da sociedade civil e por partidos políticos da oposição pedindo a paz na região curda.

Restrições à **liberdade de imprensa**, incluindo o bloqueio de acesso a sites de notícias independentes, foi relatado no Azerbaijão, na Bielorrússia, no Cazaquistão, no Tajiquistão e na Federação Russa. No Cazaquistão, ativistas da sociedade civil foram detidos e enfrentaram acusações de incitamento à discórdia nacional devido a suas publicações em redes sociais. Logo após os Jogos Europeus de 2015 em Baku, Emin Milli, fundador do site de notícias on-line Meydan TV, recebeu ameaças de morte de funcionários do Estado e seus colegas foram perseguidos.

A ofensiva contra defensores e defensoras de direitos humanos no Azerbaijão e na Federação Russa resultou em dezenas de defensores e defensoras e seus familiares tendo que **fugir** para buscar refúgio em outros países. A deterioração geral da situação dos direitos humanos resultou em inúmeros casos de desgaste psicológico.

**Defensores e defensoras dos direitos LGBTI** enfrentaram discriminação, assédio e campanhas de difamação em vários países; Na Armênia, no Azerbaijão, na Bielorrússia, na Geórgia, na Moldávia, no Cazaquistão, no Quirguistão e na Ucrânia eles/elas também enfrentaram violência física. No Quirguistão, um projeto de lei contrário à propaganda LGBTI, semelhante à legislação adotada na Federação da Rússia, foi entregue e manteve-se pendente. No norte do Cáucaso da Rússia, Tajiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão, defensores e defensoras LGBTI foram forçados a trabalhar em completo anonimato pelo temor por suas vidas. Na Itália, um ativista LGBTI enfrentou procedimentos judiciais relacionados a fatos ocorridos durante um protesto no ano anterior, sob a acusação de perturbação da tranquilidade pública e indecência ao beijar o seu parceiro do mesmo sexo, com quem havia casado legalmente no exterior.

Na Europa, defensores/as de direitos humanos estão em risco de enfrentar novos desafios, como resultado de preocupações relacionadas com o terrorismo e com o maior foco em segurança e vigilância. Na Alemanha, em julho, as autoridades abriram uma investigação sobre as acusações de traição contra dois jornalistas por informarem sobre a vigilância realizada pela agência de segurança do país. O procurador-geral eventualmente demitiu-se após o incidente e a investigação foi encerrada. No Reino Unido, uma decisão do *Investigatory Powers Tribunal* (Tribunal de Poderes Investigatórios) revelou, em junho, que o *Government Communications Headquarters* do Reino Unido – GCHQ (Sede de Comunicações Governamentais) havia realizado a vigilância contra dois grupos de direitos humanos, a *Egyptian Initiative for Personal Rights – EIPR* (Iniciativa Egípcia pelos Direitos Pessoais) e o *South African Legal Resources Centre – LRC* (Centro de Recursos Legais Sul-Africano). Uma operação de vigilância visando políticos da oposição, proeminentes figuras da sociedade civil e defensores/as de direitos humanos foi revelada na Macedônia em fevereiro.

A degradação do clima para o ativismo na Europa também é exemplificada pelo caso de Lisa McKenzie, um ativista pelo direito à habitação residente no Reino Unido que foi processada por danos de natureza penal por ações cometidas por outra pessoa, que colou um adesivo na janela de um de apartamento em um condomínio de luxo, com base na ideia de que ela estaria participando do mesmo protesto.<sup>7</sup> Ela acabou sendo absolvida em outubro, em uma decisão judicial que criticou o perfil dos ativistas pelo direito à habitação e manifestantes pela polícia. Houve também revelações ainda mais preocupantes no Reino Unido sobre o uso de policiais disfarçados para se infiltrarem em grupos que advogam pelos direitos ambientais e pelos direitos dos animais, bem como o anúncio feito pelo governo do Reino Unido de que ele estaria planejando acabar com o Ato dos Direitos do Homem, que consagra a Convenção Europeia dos Direitos do Homem como lei doméstica.

## País em foco: Federação russa

Em 2015, 105 ONGs foram adicionadas à lista dos “agentes estrangeiros”, incluindo todos os grupos mais proeminentes e ativos na defesa dos direitos humanos. 96 foram adicionados pelo Ministério da Justiça contra as suas vontades. A maioria deles contestou a decisão no tribunal, mas 36 perderam seus casos. 14 ONGs enfrentaram acusações administrativas por não indicarem que seus materiais haviam sido publicados por um agente estrangeiro e 11 pelo suposto incumprimento do requisito de fornecer informação. Mais de 30 grupos decidiram fechar. Um procedimento para a remoção de ONGs da lista foi introduzido em fevereiro. Tal procedimento exige uma inspeção pelo Ministério da Justiça, mesmo nos casos em que a inclusão da organização na lista já foi considerada ilegal por um tribunal. 11 ONGs deram entrada neste procedimento argumento que eles não estão recebendo financiamentos estrangeiros, e seis foram bem sucedidas.<sup>8</sup>

Enquanto o movimento de direitos humanos continua a lutar contra a “Lei Agentes Externos”, mais um passo na repressão foi tomada em maio, com a adoção da lei sobre as “organizações indesejáveis” (ver Análise Global para detalhes).

Defensores e defensoras contradizendo a versão oficial sobre o conflito na Ucrânia e aqueles monitorando violações de direitos humanos na Criméia foram alvo. O internacionalmente renomado Centro de Direitos Humanos e Memorial foi declarado pelo Ministério da Justiça como tendo “minado a Constituição”, em parte porque a organização havia classificado o envolvimento russo na Ucrânia como agressão. Em julho, o Parlamento solicitou um inquérito sobre a Missão de Campo da Criméia para os Direitos Humanos, um projeto conjunto da Rússia e de ONGs ucranianas, para que tal Missão fosse incluída na lista de organizações indesejáveis.

Defensores e defensoras no Cáucaso do Norte continuam a operar em condições particularmente duras e foram vítimas de ameaças, intimidações e ataques físicos. O vencedor do prêmio Front Line Defenders de 2011, o Grupo Joint Mobile, teve seu escritório atacado repetidamente. Os ataques pareciam ter sido organizados por autoridades locais, mas foram apresentados como uma reação espontânea pela população local com a informação publicada pela organização. Apesar dos inúmeros casos de intimidação e ameaças, muito poucos são denunciados à polícia ou divulgados por medo pela segurança de suas famílias.

Grupos LGBTI continuaram a enfrentar campanhas de assédio e difamação na mídia. Um novo projeto de lei discriminatória foi introduzido no final de outubro visando hostilizar figuras públicas que não escondem que são homossexuais; se aprovada, a lei iria penalizar “a expressão pública de relações sexuais não tradicionais”. Os ataques a defensores e a defensoras LGBTI também ocorreram nas mãos de grupos de extrema direita, e as autoridades rotineiramente não conseguiram realizar as investigações.

7. Ela foi acusada de maneira conjunta “joint enterprise”, que permite o julgamento de uma pessoa por uma ação cometida por outra pessoa se eles/as partilharem um “objetivo comum”. É uma doutrina polêmica e geralmente é usada em relação a crimes graves e violentos.

8. Todos os números corretos até 1 de dezembro de 2015.



Defensores e defensoras de direitos humanos na região ficaram presos entre regimes autoritários e a proliferação de conflitos domésticos e internacionais bastante complexos. Agentes do Estado continuam a ser a principal fonte de ameaças. No entanto, cada vez mais, abusos e crimes têm sido cometidos por movimentos insurgentes e grupos militantes islâmicos ativos em vários países da região.

**Assassinatos** de defensores/as de direitos humanos ocorreram no Egito, Iraque, Líbia, Sudão, Síria e Iêmen. Quase metade deles foram perpetrados por grupos islâmicos militantes. Defensores/as foram submetidos/as a **tortura e maus-tratos** por parte de agentes do Estado nos seguintes países: Argélia, Bahrein, Egito, Irã, Marrocos, Sudão, Emirados Árabes Unidos (EAU) e Saara Ocidental, e por agentes estatais e não estatais no Iraque, Líbia, Síria e Iêmen. Na Arábia Saudita eles também têm enfrentado **castigos corporais** cruéis, como no caso do blogger Raif Badawi. Defensores e defensoras foram **privados de quaisquer comunicações** no Egito, no Irã, em Omã, na Síria, no Sudão e nos Emirados Árabes Unidos.

A segurança dos defensores/as de direitos humanos deteriorou-se no Iêmen, como resultado da escalada do **conflito armado** entre Houthis e forças armadas leais ao presidente Abdo Rabbo Mansour Hadi. As consequências do conflito em questões humanitárias e para os direitos humanos aumentaram após a intervenção militar da coalizão árabe liderada pelos sauditas, conduzida contra os Houthis em março. A crescente influência de grupos militantes islâmicos no Iraque, na Líbia, na Síria e no Iêmen ameaçou seriamente a integridade física dos defensores e das defensoras de direitos humanos, especialmente daqueles/as que trabalham com direitos religiosos e das minorias, além de defensores/as dos direitos das mulheres. A propagação de conflitos e perseguição sistemática levou muitos e muitas defensores e defensoras a **fugirem de seus países de origem**. No entanto, eles muitas vezes enfrentam restrições e assédio, bem como as condições de vida difíceis, em seus novos países anfitriões na região.

Nos **Territórios Ocupados da Palestina** (TOP), defensores e defensoras de direitos humanos enfrentam detenções administrativas prolongadas e julgamentos militares. A liberdade de circulação permaneceu restrita pelas forças de ocupação israelenses, as quais em inúmeras ocasiões impediram defensores e defensoras de participarem em eventos internacionais de direitos humanos. As autoridades marroquinas continuaram suas políticas repressivas contra defensores/as de direitos humanos no **Saara Ocidental**. Protestos pacíficos que apelam ao direito à autodeterminação foram dispersos através do uso da força e a detenção e a perseguição de defensores/as de direitos humanos saaraus continuaram a ocorrer. No entanto, em um desenvolvimento bem-vindo, as autoridades marroquinas concordaram em iniciar o processo de registro da organização *Tomorrow Association of Human Rights* (Associação de Direitos Humanos do Amanhã) e da *Sahrawi Association of Victims of Grave Human Rights Violations* (Associação Saraui de Vítimas de Graves Violações de Direitos Humanos), dois grupos de direitos humanos saaraus que se posicionam de maneira firme.

Defensores e defensoras têm sido submetidos a inquéritos policiais e **ações judiciais** na maioria dos países da região. Em alguns casos, as autoridades apresentaram acusações infundadas de cometer ou incitar violência, ou atacar policiais. Defensores e defensoras receberam penas de prisão nos seguintes países: Argélia, Bahrein, Egito, Irã, Marrocos, Omã, Territórios Palestinos, Arábia Saudita e no Saara Ocidental. No Irã, Atena Daemi, uma defensora dos direitos das mulheres e das crianças, que também luta contra a pena de morte, foi condenada a 14 anos de prisão em maio por "propaganda contra o sistema" e por "insultar o líder supremo".

Novas leis **contraterrorismo** foram introduzidas no Egito e na Tunísia. Essas leis proporcionaram às autoridades amplos poderes de detenção e vigilância; elas continham uma definição muito ampla de terrorismo ou introduziam restrições à liberdade de expressão, de associação e de reunião. Na Arábia Saudita, onde a nova legislação antiterrorismo foi introduzida em 2014, o defensor de direitos humanos Waleed Abu Al-Khair foi condenado em janeiro a 15 anos de prisão pelo Tribunal Criminal Especial, que tem jurisdição sobre casos relacionados com o crime de terrorismo.

O **direito de constituir** e manter **associações** independentes tem sido seriamente restringido na maioria dos países. Autoridades no Egito utilizaram uma nova lei restritiva contra ONGs para controlar a sociedade civil e colocar grupos de direitos humanos locais e internacionais sob pressão. Uma investigação judicial foi iniciada contra a *Egyptian Democratic Academy* (Academia Egípcia pela Democracia), o *Cairo Institute for Human Rights Studies – CIHRS* (Instituto do Cairo para Estudos de Direitos Humanos) e o *Hisham Mubarak Centre* (Centro Hisham Mubarak), acusados de operar sem registro e de receber financiamento estrangeiro. Visando continuar suas atividades, o CIHRS moveu a maioria de sua equipe para a Tunísia.

Várias **outras leis** foram usadas contra defensores/as de direitos humanos. Leis contra a blasfêmia têm sido usadas para reduzir as discussões sobre religião e corrupção em estabelecimentos religiosos no Egito, no Irã e na Arábia Saudita. Blogueiros, jornalistas e membros de grupos de direitos humanos sofreram assédio através de leis de difamação na Argélia, no Bahrein e no Líbano – por exemplo, nos casos de Ghada Jamsheer no Bahrein e Wadih Al-Asmar no Líbano. A liberdade de expressão na internet também foi sufocada pelas leis de crimes cibernéticos nos países do Golfo e Egito, como no caso

do blogueiro do Omã, Said Jadad, quem foi preso em novembro para servir uma sentença de um ano por suas publicações on-line, destacando violações de direitos humanos no país.

Houve, no entanto, **evoluções positivas** em alguns casos em 2015. No Egito, em setembro, Yara Sallam e Sanaa Seif foram libertadas em decorrência de um perdão presidencial a 100 prisioneiros e prisioneiras, a maioria dos/as quais haviam sido condenados/as como resultado de suas participações pacíficas em manifestações em 2014. Em julho e agosto, os jornalistas e defensores de direitos humanos sírios Hussein Ghrrer, Hani Itani e Mazen Darwish foram liberados depois de mais de três anos de prisão; eles permanecem, no entanto, sendo processados perante um tribunal militar sob a acusação de "divulgar atos terroristas", e outros defensores/as de direitos humanos permanecerem detidos ou desaparecidos, incluindo Razan Zeitouneh. No Bahrein, Nabeel Rajab foi lançado em julho por motivos de saúde na sequência de um perdão real, mas o processo judicial contra ele continua. Em outubro, o Quarteto Tunisiano para o Diálogo Nacional (*Tunisian National Dialogue Quartet*), composto por prominentes organizações do país em temas de direitos humanos, trabalhistas, comerciais e legais, incluindo a *Tunisian Human Rights League* (Liga de Direitos Humanos da Tunísia), foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz por seu papel fundamental na transição democrática.

A **estigmatização** e a disseminação de acusações falsas e difamatórias foram utilizadas pelos meios de comunicação estatais e privados na Argélia, no Bahrein, no Egito, no Irã, no Marrocos, na Arábia Saudita e no Sudão. As autoridades impuseram proibições de viagem para defensores/as de direitos humanos no Bahrein, no Egito, no Marrocos, em Omã, na Arábia Saudita e nos Emirados Árabes Unidos, em muitos casos sem seguir o procedimento legal necessário. Nos Emirados Árabes Unidos, a perseguição contra defensores/as dos direitos humanos foi **estendida** a suas famílias, restringindo suas liberdades de movimento e minando seus direitos à educação. Uma **transição** democrática inclusiva na **Tunísia** continua a avançar com uma contribuição significativa da sociedade civil e de defensores/as de direitos humanos. No entanto, reformas legais e institucionais legítimas, em especial ao sistema judiciário e no setor da segurança, ainda são necessárias. A lei recentemente adotada contra o terrorismo poderia levar a restrições às liberdades de reunião, de associação e de expressão.

**Defensores e defensoras dos direitos LGBTI** trabalham em contextos jurídicos e socioculturais difíceis. Eles enfrentam ameaças graves e sistemáticas e a estigmatização de suas causas, principalmente devido à criminalização das relações homoafetivas em muitos países. Apesar dos desafios, o movimento pelos direitos LGBTI está crescendo no Egito, no Líbano, no Marrocos e na Tunísia. Em maio, as autoridades tunisinas registraram a organização *Shams Association*, a primeira associação LGBTI a ser oficialmente reconhecida na região árabe. No entanto, grupos conservadores solicitaram reiteradamente o seu fechamento e grupos religiosos extremistas incitaram a violência contra seus membros. No Marrocos, os membros da *Aswat*, uma rede de defensores/as dos direitos LGBTI, foram forçados a deixar o país temporariamente para evitar uma possível prisão depois que meios de comunicação locais lançaram uma campanha contra eles.

## País em foco: Marrocos

O Marrocos tem assistido a grandes reveses em sua tolerância ao trabalho na defesa dos direitos humanos ao longo dos últimos dois anos. O assédio judicial tem aumentado, as atividades de várias ONGs foram proibidas ou interrompidas, e vários grupos têm sido incapazes de registrar-se ou renovar seus registros.

Entre as organizações que não conseguiram obter ou renovar o registro estão: o *Comité de protection de la liberté de la presse et d'expression au Maroc* (também conhecido como *Freedom Now – Liberdade Já*), a *Moroccan Association for Digital Rights – ADN* (Associação Marroquina de Direitos Digitais) e filiais locais da *Moroccan League for Human Rights* (Liga marroquina para os Direitos Humanos). 40 das 97 filiais da *Moroccan Association of Human Rights – AMDH* (Associação Marroquina dos Direitos Humanos) enfrentaram obstáculos administrativos ao renovar o seu registro em 2015.

Defensores e defensoras enfrentaram crescentes restrições às suas atividades. A AMDH informou que 97 eventos que organizou foram proibidos pelas autoridades no período de julho de 2014 a outubro de 2015. Além disso, a organização recebeu um aviso oficial do Ministério do Interior ameaçando tomar medidas legais se esta continuasse a acolher eventos organizados pela *Freedom Now*, com base em que dita organização não estaria registrada. Em fevereiro, mais de 40 policiais à paisana invadiram a sede da AMDH, e foi relatado que estes agrediram um membro da equipe e prenderam dois jornalistas franceses que estavam se preparando para realizar uma entrevista. Em janeiro, o Ibn Rochd Center for Studies and Communication (Centro para Estudos e Comunicação Ibn Rochd) fechou; a organização afirmou que tinha tomado esta decisão devido às crescentes restrições impostas às suas atividades, incluindo a interrupção e proibição de eventos e a vigilância. Logo em seguida da publicação de um relatório conjunto com a *Privacy International* sobre vigilância digital no Marrocos, os membros da ADN foram convocados para interrogatório e, eventualmente, acusados oficialmente. O relatório ofereceu evidências do uso de software de espionagem contra defensores/as de direitos humanos.

Acusações relacionadas à segurança do Estado e ao financiamento estrangeiro foram usadas contra inúmeros defensores/as dos direitos humanos. Maâti Monjib, Samad Iach e Hicham Mansouri, da *Moroccan Association for Investigative Journalism – AMJI* (Associação Marroquina de Jornalismo Investigativo), Hicham Almiraat da ADN, e o jornalista Mohamed El Sabr foram acusados de "ameaçar a segurança interna do Estado"; seu julgamento continuava pendente no momento em que esse relatório era redigido. O Presidente e a Vice-Presidente da AMJI, Rachid Tarek e Maria Makram, enfrentaram processos judiciais com base em acusações de estarem recebendo financiamento estrangeiro. Em março, Hicham Mansouri foi condenado a dez meses de prisão por adultério em um caso que parecia ser politicamente motivado. Vários desses defensores e defensoras sendo investigados também enfrentaram proibições de viagem.

# conclusão

Esse relatório mostra que o ambiente para defensores e defensoras de direitos humanos em todo o mundo é cada vez mais restritivo e punitivo, e que a ofensiva contra eles e elas atingiu novas proporções. No entanto, a reação internacional a essa deterioração de circunstâncias permaneceu fraca. Enquanto pronunciamentos “da boca para fora” na esfera internacional são frequentes sobre normas de direitos humanos e sobre o trabalho crucial de defensores/as de direitos humanos, raramente tais pronunciamentos têm sido acompanhados pela ação prática necessária para apoiar esses/as mesmos/as defensores/as de direitos humanos.

Por exemplo, nos momentos de maior risco, os países "amigos" deveriam tornar mais fácil, em vez de dificultar, a obtenção de vistos para pausa e descanso de defensores e defensoras e para as relocações temporárias enquanto a vida ou o bem-estar de defensores/as estão em perigo. Casos de violações contra defensores/as de direitos humanos não devem ser relegados a reuniões paralelas nem negligenciados por completo quando os governos, que afirmam priorizar os direitos humanos, reúnem-se com outros governos que cometem violações de direitos humanos buscando acordos comerciais.

Novas leis de segurança estatal e contraterrorismo não podem ser utilizadas para atacar defensores/as de direitos humanos e enquadrá-los/as como terroristas, roubando-lhes tanto a sua legitimidade como a sua liberdade. Na medida em que a vontade política de certos países em adotar uma posição firme sobre os direitos humanos continua a definhar, cabe aos Estados que valorizam os direitos humanos redobrar seus esforços para apoiar o trabalho dos defensores e das defensoras em risco, em um ambiente global que irá tornar-se cada vez mais hostil.

## **OBRIGADA**

### **A FRONT LINE DEFENDERS É GRATA PELO APOIO DOS SEGUINTE DOADORES:**

Irish Aid  
L'Instrument européen pour les droits de l'Homme et la démocratie (EIDHR)  
Iris O'Brien Foundation

Adessium Foundation  
Al Jazeera  
Agence Suédoise de coopération internationale pour le développement  
American Jewish World Service  
Arcus Foundation  
The Body Shop  
Bread for the World  
The Channel Foundation  
Le Ministère des Affaires étrangères de la République Tchèque  
Le Ministère Néerlandais des Affaires étrangères  
Fairwind Foundation  
Foundation for a Just Society  
Hivos International  
The Ireland Funds  
Lifeline: Embattled NGO Assistance Fund  
Oak Foundation  
Open Society Foundations  
Overbrook Foundation  
Peter Shattner  
The Roddick Foundation  
Rothco Advertising Integration  
Le Ministère royal Norvégien des Affaires étrangères  
Sigrid Rausing Trust  
Le Département Fédéral Suisse des Affaires étrangères  
Taiwan Foundation for Democracy  
Tides Foundation  
The Tikva Grassroots Empowerment Fund  
The Violet Jabara Charitable Trust Anonymes  
Twitter  
Anônimo

**Gostaríamos também de agradecer aos nossos muitos doadores públicos cujas contribuições são cruciais para o nosso trabalho.**

**POR FAVOR AJUDE-NOS A PROTEGER DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS DOANDO PARA A FRONT LINE DEFENDERS EM [WWW.FRONTLINEDEFENDERS.ORG/DONATE](http://WWW.FRONTLINEDEFENDERS.ORG/DONATE)**

**A FRONT LINE DEFENDERS GARANTE QUE 100% DE SUA DOAÇÃO IRÁ DIRETAMENTE PARA AJUDAR A DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS E PARA PROTEGÊ-LOS/AS.**

**PARA SABER MAIS SOBRE ISSO E OUTRAS ATIVIDADES DA FRONT LINE DEFENDERS, POR FAVOR, VISITE O NOSSO SITE:: [WWW.FRONTLINEDEFENDERS.ORG](http://WWW.FRONTLINEDEFENDERS.ORG) OU ENTRE EM CONTATO COM CHARLIE LAMSON NO: + 353 1 212 3750 OU ATRAVÉS DO EMAIL: [CHARLIE@FRONTLINEDEFENDERS.ORG](mailto:CHARLIE@FRONTLINEDEFENDERS.ORG)**

**PAREM OS ASSASSINATOS DE DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS**



# RELATÓRIO ANUAL DA FRONT LINE DEFENDERS 2016

## PAREM OS ASSASSINATOS DE DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

Suivez Front Line Defenders sur Facebook, Twitter et YouTube

[www.facebook.com/FrontLineDefenders](http://www.facebook.com/FrontLineDefenders)  
[twitter.com/FrontLineHRD](https://twitter.com/FrontLineHRD)  
[www.youtube.com/FrontLineHRD](http://www.youtube.com/FrontLineHRD)



### DUBLIN

Front Line Defenders - Head Office  
Second Floor, Grattan House  
Temple Road, Blackrock, A94 FA39  
Co. Dublin, Irlande

Tel: 00 353 1 212 37 50  
Fax: 00 353 1 212 10 01  
Email: [info@frontlinedefenders.org](mailto:info@frontlinedefenders.org)

### BRUXELLES

Front Line Defenders – Bureau européen  
Square Marie-Louise 72  
1000 Bruxelles  
Belgique

Tel: 00 32 230 93 83  
Fax: 00 32 230 00 28  
Email: [euoffice@frontlinedefenders.org](mailto:euoffice@frontlinedefenders.org)

[WWW.FRONTLINEDEFENDERS.ORG](http://WWW.FRONTLINEDEFENDERS.ORG)



Les idées, opinions et commentaires exprimés dans cette publication sont de l'entière responsabilité de Front Line Defenders et ne représentent ou ne reflètent pas nécessairement la politique d'Irish Aid.

IRIS O'BRIEN  
FOUNDATION



Le présent document a été élaboré avec l'aide financière de l'Union européenne. Son contenu relève de la seule responsabilité de Front Line Defenders et ne peut en aucun cas être considéré comme le reflet de la position de l'Union européenne.